**A expansão do ensino de jornalismo no Brasil e a reconfiguração da categoria profissional (2000-2010)**

Jacques Mick[[1]](#footnote-1)

**Resumo**

O artigo avalia o impacto da expansão na oferta de cursos superiores de jornalismo no Brasil na configuração do campo profissional na primeira década dos anos 2000 e formula hipóteses sobre as estratégias adotadas por jornalistas com formação universitária para inserção no mercado de trabalho, levando em conta o capital escolar de que dispõem. Para tanto, compara a evolução da oferta de vagas nos cursos superiores de jornalismo no Brasil entre 2000 e 2005 com a variação no estoque de trabalhadores registrados como “jornalista profissional” no Ministério do Trabalho e Emprego na segunda metade dessa década. Os dados daí resultantes são comparados com a variação nos registros profissionais em funções que não exigem diploma. Formulam-se hipóteses sobre a reconfiguração do campo jornalístico no período, em função dos confrontos entre os profissionais diplomados e não diplomados, agentes dotados de tipos de capital muito distintos.

Palavras-chave: profissões, jornalismo, educação superior, capital escolar, mercado de trabalho.

**Introdução**

Entre 1990 e 2010, o número de cursos universitários de jornalismo no Brasil foi quintuplicado. Este crescimento resultou de políticas para expandir a educação superior no país, caracterizadas pelo estímulo à atividade de entidades privadas, que atualmente oferecem 81% de todos os cursos na área, e 90% das vagas. No período, o crescimento no número de graduandos foi ainda maior, tanto no setor privado, como no público. A expansão da oferta democratizou o acesso à educação superior na área, porque a distribuição dos cursos se estendeu a todos os estados da federação e, naquelas em que já existiam cursos, a mais municípios do interior. A possibilidade de estudar jornalismo, assim, se expandiu em todas as regiões e, nos últimos anos, especialmente no interior. A internalização das universidades contribuiu para uma distribuição mais ampla dos graduados no país. Antes concentrados nas capitais, os cursos de jornalismo promoviam a migração de estudantes em direção a estas cidades – e somente uma minoria regressava aos territórios de origem depois de completar a formação. Devido à acelerada taxa de crescimento da oferta de cursos, é possível que algumas das características demográficas dos graduados tenham afetado a morfologia do campo. Por exemplo, os grupos de egressos, em sua maioria jovens e mulheres, podem ter estendido características similares de idade e sexo à totalidade da profissão. A análise dos efeitos da expansão do ensino superior – especialmente na composição do mercado de trabalho e sobre a renda, como também na estrutura dos campos acadêmicos – requer a produção de indicadores mais precisos sobre a evolução do número de graduados e a interpretação diacrônica dos dados.

A expansão dos cursos de educação superior foi um dos fatores que contribuíram com o aumento significativo no número de jornalistas que atuam no Brasil e com a diversificação de suas funções na década de 2000. Outro fator, na direção oposta, foram as decisões judiciais que puseram fim à exigência de diploma para o exercício da profissão. Em 17 de junho de 2009, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a exigência do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão, por considerá-la inconstitucional.[[2]](#footnote-2) A decisão criou um novo ambiente jurídico, legitimando o exercício da profissão por indivíduos sem formação superior específica – prática até então ilegal, embora frequente entre empregadores, jornalísticos ou não.

Portanto, em paralelo às mudanças estruturais no capitalismo relativas à convergência digital (precarização das relações de trabalho, multifuncionalidade, exploração intensiva de mão de obra, entre outras), durante esta década o mercado de trabalho se transformou com a entrada de profissionais com nível universitário e de trabalhadores sem formação específica, ambos reivindicando a condição de jornalistas. Apesar das decisões judiciais contra a exigência de diploma para o exercício do jornalismo, nunca houve tantos graduados, nem tão distribuídos por todo o país. Como tal abundância de graduados, sem precedentes, afetou a reconfiguração do campo jornalístico na última década?

Com o objetivo de reunir elementos para responder à pergunta, o artigo analisa diacronicamente o impacto no mercado de trabalho jornalístico da crescente oferta de profissionais graduados, tendo em conta as seguintes dimensões: a) a variação no número de graduados; b) as peculiaridades regionais da distribuição dos egressos; e c) a distribuição dos graduados por gênero. Além disso, são analisadas as trajetórias de graduados de instituições selecionadas, com respeito ao registro profissional na agência responsável pela supervisão do mercado (o Ministério do Trabalho e Emprego) e a afiliação a sindicatos de jornalistas em unidades da federação representantes de cada região. Os dados foram recolhidos entre maio de 2011 e fevereiro de 2012, junto a coordenadores de todos os cursos de jornalismo no país, ao Ministério do Trabalho e Emprego e às direções dos 31 sindicatos filiados à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O trabalho compõe o segmento inicial da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro – Etapa 1 – Quantos são os jornalistas brasileiros?", em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.[[3]](#footnote-3) O projeto, com apoio da Fenaj, pretende estimar as dimensões da categoria e sua distribuição territorial a partir do cruzamento de dados provenientes de três bases: uma delas estima o volume anual de egressos de cursos de Jornalismo do país nas últimas décadas; outra inclui os jornalistas registrados pelo Ministério do Trabalho; e a terceira refere-se aos jornalistas sindicalizados.[[4]](#footnote-4)

As informações são analisadas com base na bibliografia recente sobre a produção de novas identidades profissionais entre os jornalistas. A reconfiguração do campo é interpretada à luz dos distintos tipos de capital (em particular, o capital escolar) mobilizados pelos agentes que o compõem. Em um contexto de profundas mudanças nos processos de produção do jornalismo, os graduados sem dúvida mobilizam o capital escolar em suas estratégias de integração no âmbito profissional. É explorada a hipótese de que, como resultado da multiplicação no número de graduados, intensificaram-se em todo o território brasileiro os enfrentamentos entre graduados e não graduados que, até a década de 1990, eram limitados às poucas cidades com ensino superior na área. Como assinalou Bourdieu, “o diploma escolar (e a cultura, supostamente, garantida por ele) é tacitamente considerado – tanto por seus detentores, quanto pelos outros – como um diploma legítimo para exercer a autoridade” (2007, p. 387). No campo que se examina, a própria definição do que é o jornalismo varia em função do capital mobilizado pelos agentes (ver Petrarca, 2008; Barros Filho, Martino, 2003). As tensões entre graduados e não graduados tendem a influenciar as práticas profissionais, produzindo efeitos que também envolvem as instituições de ensino. O aumento no número de cursos superiores, acompanhado por uma expansão significativa da pós-graduação, tornou mais robusto o subcampo acadêmico – dando margem à criação de instituições próprias, como a Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), e ampliando o exercício da crítica sobre a qualidade dos conteúdos e das práticas jornalísticas nas cidades e regiões em que atuam as instituições de ensino.

As duas próximas partes do texto apresentam a metodologia utilizada na coleta das informações e alguns de seus limites, e sistematizam os dados relativos à oferta de egressos (seção 1) e seu impacto no registro profissional (seção 2), concluída com um estudo de trajetórias de egressos de quatro instituições de ensino superior da graduação ao registro profissional. Na parte seguinte, reflito sobre usos estratégicos do capital escolar pelos agentes, no campo jornalístico.

**1. Dimensões da oferta de graduados**

1.1 Nota metodológica

A ausência de uma estimativa confiável sobre o número e a distribuição territorial dos cursos de Jornalismo no país condena vários estudos em andamento atualmente a basearem-se em amostra aleatória, em geral dependente do interesse do entrevistado em participar do levantamento. Tais escolhas metodológicas conduzem a resultados inevitavelmente enviesados em termos quantitativos – com implicações incontornáveis na qualidade das respostas. Há, portanto, todo um trabalho quantitativo a ser feito, para que se possa refletir com maior acurácia, em inúmeras dimensões qualitativas, sobre o impacto da expansão dos cursos superiores na configuração do campo jornalístico no Brasil.

Não é simples estimar o número de cursos superiores de Jornalismo no Brasil. Os dados fornecidos pelo Ministério da Educação no sistema eMEC ou no Censo da Educação Superior contêm uma série de imperfeições: incluem instituições que obtiveram autorização para criação do curso, mas não necessariamente o fizeram; excluem universidades que, dispondo de autonomia para definir os cursos que pretendem oferecer à comunidade, já têm cursos de Jornalismo há vários anos; oferecem dados incompletos quanto à autorização ou à data de início dos cursos; ignoram algumas instituições ou cursos de fato existentes. Além disso, não distinguem com clareza os cursos de Comunicação Social que oferecem a habilitação Jornalismo e incluem no resultado das buscas cursos extintos ou em extinção.

Nesta pesquisa, a quantificação dos cursos de jornalismo em oferta no Brasil teve como ponto de partida duas fontes de dados primários: as relações de cursos disponíveis no sistema eMec e no Guia do Estudante, publicado anualmente pela Editora Abril. Os dados do MEC têm como origem os processos de autorização e reconhecimento dos cursos; alguns deles são repetidos pelo Guia, que realiza a checagem das informações junto a algumas instituições. Nenhuma das duas fontes é inteiramente confiável, porque a situação constatada em cada instituição de ensino é distinta da documentada no MEC (o número de vagas ofertadas por ano, por exemplo, pode ser menor; o curso pode ser extinto a qualquer momento ou sequer oferecido ao público, apesar da autorização).

Foram selecionados os cursos denominados “Jornalismo” ou “Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo”. A lista não comporta a modalidade de curso superior sequencial[[5]](#footnote-5), nem cursos da área de gestão. Os dados aqui apresentados não incluem os cursos extintos ou em extinção (com turmas antigas em andamento, mas sem turmas novas). Quanto à data de início do curso, nos casos em que esta informação foi impossível de obter, utilizou-se a data da autorização. Nas situações em que uma mesma instituição de ensino oferta cursos em vários de seus câmpus, cada um foi considerado um curso diferente.

O cruzamento entre as duas bases produziu uma relação ampla de cursos. A partir dela, os pesquisadores identificaram os coordenadores de cada curso e realizaram contatos (por telefone e email), quando necessário, para a confirmação dos seguintes dados: a) nome e sigla da instituição; b) nome do curso (se “Jornalismo” ou “Comunicação Social – Jornalismo”); c) cidade e campus em que o curso é oferecido; d) número de vagas oferecidas por ano; e) turno(s); f) ano de início do curso; g) natureza da instituição; e h) relação nominal anual dos egressos, por sexo.[[6]](#footnote-6) Os dados colhidos até o momento permitem interpretações sobre os seguintes indicadores (relativos ao período 1970-2010, década a década): evolução da oferta de cursos e de vagas, natureza das instituições de ensino, distribuição territorial da oferta (total e em relação à natureza da instituição) e projeções relativas ao volume de egressos.[[7]](#footnote-7)

1.2 Dados e interpretações preliminares[[8]](#footnote-8)

O Brasil tinha, em 2010, 316 cursos superiores de jornalismo com turmas em andamento (Quadro 1). O número indica o crescimento exponencial na oferta desses cursos: dez anos antes, eram 136; duas décadas antes, 60. Ou seja: no prazo de uma geração, o número de cursos de jornalismo foi multiplicado por cinco.

**Quadro 1**

**Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por década de início do curso**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | Antes de 1970 | Até 1980 | Até 1990 | Até 2000 | Até 2010 |  |
| Total de cursos | 18 | 51 | 60 | 136 | 316 |  |

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

A expansão deve-se ao rápido crescimento no número de instituições de ensino privadas: do total em 2010, 255 eram privadas e 61, públicas. Dos 180 cursos criados a partir de 2001, apenas 28 são de instituições públicas. Até 1990, a situação era de equilíbrio, com ligeira vantagem para as instituições privadas (eram 34 de 60). Atualmente, a razão é de um curso público para quatro privados, mas a disparidade não está apenas aí: as instituições privadas ofertam número maior de vagas.

A análise da distribuição territorial dos cursos permite constatar expressivo crescimento absoluto na oferta, durante a primeira década de 2000, nas regiões Norte, Centro Oeste e, em grau um pouco menor, no Nordeste (Tabela 1). Em 2010, a distribuição regional dos cursos corrigira em dez pontos percentuais a hipertrofia da oferta na região Sudeste, uma década antes.[[9]](#footnote-9) No Sul, as variações na oferta no período foram mais uniformes que nas demais regiões.

**Tabela 1**

**Distribuição regional dos cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por década de início do curso**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|    | Até 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
| N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Sudeste | 8 | 44,44 | 29 | 56,86 | 31 | 51,67 | 77 | 56,62 | 144 | 45,57 |
| Sul | 4 | 22,22 | 7 | 13,73 | 11 | 18,33 | 32 | 23,53 | 59 | 18,67 |
| Nordeste | 3 | 16,67 | 7 | 13,73 | 10 | 16,67 | 15 | 11,03 | 58 | 18,35 |
| Norte | 1 | 5,56 | 4 | 7,84 | 4 | 6,67 | 4 | 2,94 | 22 | 6,96 |
| Centro Oeste | 2 | 11,11 | 4 | 7,84 | 4 | 6,67 | 8 | 5,88 | 33 | 10,44 |
| Total de cursos | 18 |   | 51 |   | 60 |   | 136 |   | 316 |   |

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

Tal expansão democratizou o acesso à formação superior na área, ao estender a oferta para todas as unidades da federação e, naquelas em que já existia, para mais municípios do interior. A possibilidade de estudar jornalismo ampliou-se em todas as regiões. Nos anos mais recentes, a oferta foi concentrada principalmente no interior.[[10]](#footnote-10) A interiorização das universidades contribui para uma distribuição mais abrangente dos graduados no território nacional: antes concentrados nas capitais, os cursos de jornalismo promoviam a migração dos alunos – e apenas uma minoria voltava aos territórios de origem, depois de concluída a formação.

Os 316 cursos com turmas abertas em 2010 ofereceram naquele ano 35.509 vagas (89,83% no setor privado, o restante, no público). Não foi possível obter, em cada instituição, a evolução da oferta de vagas desde o início do curso, o que permitira uma análise mais confiável das variações na oferta. Também não foi possível contemplar, na estimativa, o número de vagas oferecidas por cursos extintos ou em extinção. Conscientes do impacto dessas ausências, chamamos a atenção para o caráter aproximativo dos dados apresentados nos Quadros 2 e 3. Neles, tomou-se a oferta de vagas em 2010 como idêntica em todo o período de existência de cada curso. Admitindo-se tal premissa, na última década triplica a oferta de vagas.

**Quadro 2**

**Estimativa da evolução da oferta de vagas nos cursos de jornalismo no Brasil, por década de início do curso (1970-2010)\***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | Antes de 1970 | Até 1980 | Até 1990 | Até 2000 | Até 2010 |  |
| Total de vagas | 1.557 | 5.452 | 6.280 | 13.863 | 35.509 |  |

\* Tomando por base o número de vagas ofertadas por cada curso em 2010 e aplicando-a em todo o seu período de existência.

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

**Quadro 3**

**Estimativa da evolução anual da oferta de vagas nos cursos de jornalismo no Brasil na década de 2000\***

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Total de vagas | 13863 | 17966 | 19016 | 21174 | 24230 | 26540 | 30124 | 31314 | 33904 | 34969 | 35509 |

\* Tomando por base o número de vagas ofertadas por cada curso em 2010 e aplicando-a em todo o seu período de existência.

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

A diversidade na escala da oferta de vagas por instituição é significativa: opõe instituições que abrem 20 oportunidades por ano a escolas com 770 vagas anuais. Compreensivelmente, as instituições com maior número de vagas atuam nas localidades mais populosas (os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal entre elas). Nessa estimativa, também se deve levar em conta que alguns cursos com alta oferta não diferenciam os alunos por habilitação quando ingressam. Em função disso, o total de vagas respectivo pode incluir discentes que irão optar por publicidade e propaganda, relações públicas ou outra habilitação eventualmente agrupada sob a formação em comunicação social.

O total de vagas não necessariamente reflete as dimensões das turmas, e menos ainda a escala de egressos. Em instituições privadas de grande porte, sediadas em metrópoles, é usual que a oferta seja de centenas de vagas por semestre, e que a demanda, ao longo dos anos, torne-se muito inferior, podendo levar à formação de turmas com algumas dezenas de alunos. Nesses casos é comum que uma série de turmas maiores no início da oferta do curso seja sucedida por uma redução progressiva no número de alunos, em função de arrefecimento da demanda.[[11]](#footnote-11)

Se é difícil estimar o número de ingressantes, é ainda mais complexo calcular a taxa de egressos. Os dados obtidos junto a duas dezenas de instituições de ensino e já tabulados constituem uma referência, embora as dimensões das turmas e a distribuição territorial das instituições (concentradas no Sul e no Sudeste) impeçam sua generalização. Esses dados indicam que:

a) em instituições privadas, a taxa média de egressos em relação ao número de vagas ofertadas tende a ser baixa (próxima de 40% em cursos com mais de dez anos de existência, próxima de 60% em cursos criados há menos tempo)[[12]](#footnote-12);

b) esse cálculo considera um período de formação de quatro anos; levando-se em conta que parte significativa dos alunos permanece por mais tempo no curso, a taxa média de egressos é ainda menor;

c) em instituições públicas, a taxa é elevada (acima de 90%) durante todo o período.[[13]](#footnote-13)

O ritmo do crescimento da oferta de novos cursos superiores de jornalismo na última década foi declinante (Quadro 4). A representação gráfica dos dados demostra claramente a tendência de queda contínua na criação de novos cursos (Gráfico 1), embora permaneça constante o crescimento da oferta.

**Quadro 4**

**Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por ano de início do curso (2000-2010)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Total de cursos | 14 | 35 | 13 | 20 | 27 | 20 | 27 | 9 | 13 | 9 | 7 |

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

**Gráfico 1 - Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil,**

**por ano de início do curso (2000-2010)**

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos /

Páginas de internet das instituições de ensino superior

Uma das causas dessa redução talvez sejam as decisões judiciais contrárias à exigência de formação superior para o exercício da profissão, em 2003 e 2009. Outra explicação pode estar em ajustes de mercado de instituições privadas em função da redução da procura pelos cursos, depois de pelo menos dez anos de expressiva oferta, capaz de atender à demanda reprimida por formação. Durante este período, grandes empresas de ensino, como Universidade Paulista (Unip) e Estácio de Sá, multiplicaram seus câmpus e cursos; a partir de 2005, contudo, surgiram sinais de esgotamento do ritmo de expansão, indicando um descasamento entre a oferta e a procura por vagas, principalmente nas instituições privadas de menor porte. Intensificaram-se fusões ou aquisições no período, que permitiram às universidades privadas de grande porte a eliminação de concorrentes. Pelo menos 19 instituições encerraram seus cursos de jornalismo nesse período.

O processo de retração no segmento privado tem sido parcialmente compensado pela política de aumento da oferta de ensino superior público. Embora em escala pouco significativa no que diz respeito ao número de vagas (10% do total em 2010), as universidades públicas têm taxas médias de egressos mais elevadas, e costumam destacar-se pela qualidade do ensino.[[14]](#footnote-14)

**2. Dimensões do impacto dos graduados sobre número de jornalistas registrados**

 Nesta seção, pretende-se dimensionar o impacto do volume crescente de egressos de cursos superiores de jornalismo no total de registros profissionais efetuados anualmente no Ministério do Trabalho e Emprego. As fontes principais de dados são o levantamento de vagas ofertadas pelos cursos e as projeções quanto às médias de egressos apresentados na primeira seção e a relação nominal de profissionais registrados na categoria de jornalista, fornecida pelo MTE. Complementarmente, produziu-se um estudo experimental de trajetórias: listagens de alunos obtidas junto a coordenações de quatro cursos foram cruzadas com os dados fornecidos pelo ministério, de modo a permitir estimativas sobre a taxa de registros em relação aos egressos, o tempo médio para a efetivação do registro em relação ao ano de formatura e o volume de registros realizados em outros estados, que não aquele em que o aluno realizou o curso.

2.1 Nota metodológica

 O cadastro de registros profissionais no Ministério do Trabalho e Emprego foi inteiramente informatizado, no Brasil, a partir de 2005; a partir desse ano, os dados podem ser considerados bastante confiáveis, em todas as unidades da federação. Entre 2000 e 2004, a qualidade das informações varia de acordo com o estado: no Paraná, por exemplo, a relação é regular a partir de 2002; em Pernambuco, desde 2000; em São Paulo, 2004. Tais especificidades foram levadas em conta nas estimativas de taxas de registro em relação ao ano de formatura e de tempo médio entre graduação e efetivação do registro, descartando-se as relações de egressos anteriores à regularização dos registros na planilha do MTE.

Entre 1930 e 1999, os dados digitalizados são ainda mais precários: o Ministério dispõe de relações derivadas da inclusão no sistema de registro profissional de parcelas aleatórias dos dados cadastrados analogicamente nesse longo período. Isso exigiu cuidados especiais, detalhados mais adiante, para o cálculo da variação do número de registros nos anos 2000, em relação aos períodos anteriores.

Não é automática a relação entre a formação superior e o exercício profissional: percentual significativo dos matriculados não conclui o curso, em função dos vários fatores causadores da evasão; além disso, parte dos egressos pode decidir trabalhar em outra área. Houve casos esparsos de alunos que obtiveram registro sob liminar antes de concluir a formação; esses foram descartados quando do cálculo do tempo médio entre graduação e registro. Em função de homonímia, alguns egressos não puderam ter seu registro confirmado.

A escolha das instituições de ensino para o estudo experimental de trajetórias partiu das relações de alunos obtidas até fevereiro de 2012 pela equipe de pesquisa. De um total de 26 cursos que forneceram informações, foram selecionadas quatro, todas da região sul. O objetivo principal desse experimento, neste momento da pesquisa, não está na generalização dos resultados, mas no teste da consistência do método e no exercício dos desdobramentos analíticos sobre os dados dele derivados.

2.2 Dados e interpretações preliminares

Ao final de 2010, o Brasil tinha aproximadamente 115 mil jornalistas com registro profissional, mais da metade deles registrados depois do ano 2000.[[15]](#footnote-15) O total refere-se à soma de dois dados, obtidos por metodologias distintas. O primeiro dado corresponde ao total de 62,7 mil trabalhadores que obtiveram registro profissional em funções jornalísticas no Brasil entre 2000 e 2010, conforme relação nominal fornecida pelo MTE (Tabela 2). O segundo dado corresponde a uma estimativa do volume de registros efetuados entre 1980 e 2000, num total de 52,9 mil.[[16]](#footnote-16)

**Tabela 2 – Registros profissionais na categoria de jornalista no Brasil e nas regiões (2000-2010 – Total)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | TOTAL | % |
| Brasil | 62.677 | 100 |
| Norte e Centro Oeste | 9.023 | 14,40 |
| Nordeste | 8.100 | 12,92 |
| São Paulo | 19.030 | 30,96 |
| Sudeste sem São Paulo | 18.231 | 29,09 |
| Sul | 8.293 | 13,23 |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

A distribuição regional dos registros na primeira década de 2000 demonstra elevada concentração no Sudeste, com 60% do total; somente no estado de São Paulo efetivaram-se 30,96% dos registros. Os demais profissionais distribuem-se de modo relativamente homogêneo nas regiões Sul e Nordeste e na soma das regiões Norte e Centro Oeste.

É semelhante a relação entre a distribuição de escolas no território nacional e a efetivação do registro profissional (como se pode constatar pela comparação dos percentuais das tabelas 1 e 2). Mas o impacto do volume crescente de egressos sobre o total dos registros não é linear ao longo da década. O número de registros cresce até 2008 e decresce desde então, em todas as regiões (Tabela 3, Gráfico 2); o número de vagas e escolas, contudo, não para de crescer. Parece ter havido um descolamento entre a obtenção do diploma e a efetivação do registro, provavelmente relacionado à decisão do STF de 2009.

**Tabela 3 – Registros profissionais na categoria de jornalista no Brasil e nas regiões (2004-2010 – Ano a ano)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2004** | **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** |
| **Brasil** | 5755 | 7448 | 7368 | 9410 | 10382 | 7368 | 5523 |
| **Norte e Centro Oeste** | 628 | 537 | 1044 | 1172 | 1433 | 1078 | 941 |
| **Nordeste** | 441 | 750 | 982 | 1164 | 1223 | 918 | 875 |
| **São Paulo** | 2564 | 3001 | 2163 | 3240 | 3958 | 2436 | 1600 |
| **Sudeste sem São Paulo** | 1677 | 2099 | 1900 | 2388 | 2362 | 1720 | 1195 |
| **Sul** | 445 | 1061 | 1279 | 1446 | 1406 | 1216 | 912 |

Obs: O total de jornalistas registrados no Brasil entre 2000 e 2003, conforme os dados do Ministério do Trabalho, é nitidamente inferior à quantidade crescente nos anos seguintes, e deve-se ao ritmo de adesão das unidades regionais do MTE ao sistema digital de registros profissionais. Assim, para fins de comparação regional, optou-se pelo período 2004-2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

**Gráfico 2 – Registros profissionais na categoria de jornalista no Brasil e nas regiões (2004-2010)**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

No período 2000-2010, o ingresso de trabalhadores sem formação (8.534 casos) respondeu por 13,61% dos 62.677 registrados (Tabela 4). O índice de registrados com formação foi de 82,42% do total (51.660 casos). Portanto, a presença de trabalhadores sem formação superior revela-se significativa, embora minoritária; deter o registro, contudo, não implica exercer atividade profissional: são necessárias novas pesquisas para estimar a taxa de emprego entre os registrados com formação ou sem formação.

**Tabela 4 – Registros profissionais na categoria de jornalista no Brasil por função**

**(2000-2010 – Total)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | TOTAL | % |
| Total | 62.677 | 100 |
| Diagramador | 789 | 1,26 |
| Ilustrador | 213 | 0,34 |
| Jornalista Profissional | 51.660 | 82,42 |
| Jornalista - Liminar | 8.534 | 13,62 |
| Repórter Cinematográfico | 1.481 | 2,36 |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Para tentar aferir o impacto da oferta de egressos sobre a configuração do campo jornalístico, realizou-se um estudo de trajetórias de 659 alunos de quatro instituições de ensino[[17]](#footnote-17), a partir do ano em que os registros profissionais relativos ao estado da instituição foram incorporados ao sistema do MTE e até 2010. Dois terços desses egressos são mulheres. Nessa amostra, não generalizável, 67,1% dos formados obtiveram registro, em média entre 1 ano e 1,4 ano após a formatura. Efetuaram registros fora do estado em que se formaram 10,54% dos egressos dessas instituições – o estado de São Paulo recebeu a maior parte desses profissionais. Apenas 11,87% dos egressos sindicalizaram-se (mas o índice cresce para 18,04% entre os que obtiveram registro profissional).

É possível comparar o número anual de registros profissionais com uma projeção, ainda que imprecisa, para o volume anual de egressos. Para tanto, decidiu-se tomar por base o total anual de vagas ofertadas, fixar um percentual arbitrário de egressos em relação ao número de vagas (50%) e comparar o dado daí resultante com os registros profissionais feitos cinco anos depois (Tabela 5). O percentual de egressos que obtém registro no período é, por esse cálculo, semelhante ao encontrado no estudo de trajetórias (média de 59,38%).

**Tabela 5 – Egressos de cursos superiores (2001-2006) e registros de jornalista profissional no Brasil (2005-2010)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano de formatura | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Total de vagas | 17.966 | 19.016 | 21.174 | 24.230 | 26.540 | 30.124 |
| Total de egressos (50%) | 8.983 | 9.508 | 10.587 | 12.115 | 13.270 | 15.062 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Ano de registro | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Registros de jornalista profissional | 5.531 | 6.800 | 7.737 | 8.292 | 6.152 | 5.317 |
| Razão registros/egressos | 61,57% | 71,52% | 73,08% | 68,44% | 46,36% | 35,30% |

Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego / eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos /

Páginas de internet das instituições de ensino superior

 A taxa declinante de registros em relação ao número de egressos parece indicar que o mercado de trabalho recebeu, nos últimos anos da década, volume expressivo de trabalhadores com formação, mas sem registro profissional, provavelmente em função da decisão do STF.

**3. Os choques entre os tipos de capital**

Poucas profissões sofreram tantas metamorfoses, nos últimos vinte anos, como a dos jornalistas brasileiros. Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram inteiramente as possibilidades de atuação dos jornalistas – e em que, a julgar por indícios disponíveis, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente.

Investigações recentes têm estimulado novas percepções sobre a identidade profissional dos jornalistas brasileiros, permitindo a revisão de teses sobre a categoria formuladas nas décadas anteriores. No início dos anos 1990, pesquisa de Travancas com profissionais de imprensa, rádio e televisão apontara o papel central da profissão na vida e na identidade dos jornalistas. Ao aderirem ao jornalismo, esses indivíduos aceitariam sacrificar outras relações sociais, como as familiares e de parentesco (Travancas, 1993). O estudo de Abreu (2002) caracterizou os jornalistas que trabalhavam em postos estratégicos da imprensa brasileira até os anos 1970 como dotados de envolvimento político e ideológico, agindo em função de valores e utopias, tais como os intelectuais. A partir da expansão do alcance midiático e da redefinição dos conteúdos e processos produtivos, no contexto da redemocratização, os jornalistas teriam abandonado o romantismo e a ideologia, e tenderiam a se reconhecer como *experts* em uma atividade profissional assalariada semelhante a outras.

Estudos de Fonseca (2008a; 2008b; Fonseca; Kuhn, 2009), sob a perspectiva da economia política da comunicação, analisaram transformações no perfil da categoria decorrentes da transição do regime de produção taylorista-fordista para o pós-fordista[[18]](#footnote-18). Interessada em investigar a autopercepção dos jornalistas sobre seu papel social, a autora também parte do pressuposto de que

está em curso uma mudança de perfil, de valores, de identidade e de representação do jornalismo e do jornalista na sociedade, e que essas mudanças estão relacionadas a movimentos mais amplos de reestruturação social, condicionados pelo desenvolvimento das tecnologias e pela expansão do capital (Fonseca; Kuhn, 2009, p. 63).

Fonseca costuma destacar que, atualmente, os profissionais são pressionados a acumular funções, no processo cristalizado na imagem do jornalista multimídia; devem subordinar-se à aceleração do tempo entre o procedimento de apuração e a produção do relato (tanto em mídias tradicionais, quanto online) e ao controle cada vez mais rigoroso dos prazos industriais de fechamento; e têm intensificada a exploração de sua jornada de trabalho. A autora acredita que a expansão na oferta de cursos superiores na área provocou uma inflação no número de profissionais no mercado, produzindo aumento da concorrência e desagregação da categoria, com a fragilização dos sindicatos.

Diversos estudos destinaram-se a investigar detalhes dessas transformações (como os de Fonseca, 2008b e Baldessar, 2003). Pereira e Adghirni (2011) incluíram as metamorfoses no perfil profissional entre as três principais frentes de mudanças estruturais no jornalismo (as outras são as transformações na produção e nas relações com os públicos):

Pressionado pelas novas tecnologias, pelo crescimento de setores de comunicação organizacional e de jornalismo de entretenimento, pela participação ativa do público e pela democratização das formas de acesso ao espaço público midiático, o jornalista profissional parece vivenciar um momento de indefinição. [...] O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas – resultado da “crise” dos processos de convergência – vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. Os empregos informais, como *free-lancers* ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras. A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos. A prática de realização de cursos de treinamento pelas próprias empresas ganha força agora que o diploma de jornalista não é mais obrigatório para o exercício profissional. Cada empresa é livre para impregnar suas matrizes ideológicas nos jovens em formação. Mais jovens e inseguros quanto ao emprego, os jornalistas tendem a relativizar os padrões impostos pelos códigos deontológicos e o pensamento crítico – resultado da formação universitária – em nome dos valores do mercado (Pereira; Adghirni, 2011, p. 39; p. 48).

Um amplo estudo recente indica alguns tópicos para o estudo dos efeitos, sobre a profissão, da multiplicação dos cursos superiores de formação de jornalistas (Castro; Melo; Castro, 2010, em 3 vol.). Em artigo publicado num desses volumes, Franciscato et al. (2010) observaram que, até o final dos anos 1980, o país tinha poucos cursos de graduação em Comunicação Social, divididos entre as diversas habilitações da área e fortemente concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro. As políticas de expansão do ensino superior no país desenvolvidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com estratégias distintas, alteraram radicalmente essa distribuição, nas duas décadas seguintes. Os autores observam que a expansão no número de cursos de graduação em Jornalismo abriu novos espaços para a atuação dos jornalistas como professores: “de uma estimativa de 1.500 docentes que, em 1990, atuavam nos então cursos de Jornalismo existentes no País, passa-se, em 2010, para um número estimado em 6.000 professores que trabalham nas escolas nesta área de formação universitária” (Franciscato et al., 2010, p. 105).[[19]](#footnote-19)

Como constatado nas seções anteriores, o número de escolas de jornalismo cresceu continuamente. Com potencial para formar a cada ano dezenas de milhares de novos jornalistas (com ou sem registro profissional), tal rede de instituições atua de modo reticular, e seus efeitos sobre o mercado de trabalho escapam à capacidade de observação dos sindicatos da categoria e ao alcance da fiscalização do Ministério do Trabalho.

A convivência entre profissionais graduados e não graduados (com ou sem registro profissional) pode ser constatada empiricamente em muitos dos espaços de atuação dos jornalistas no país. O expressivo crescimento na oferta de cursos superiores na área nas últimas décadas remete a presença de não diplomados no mercado a uma condição minoritária. É verdade que, em função das decisões judiciais desregulamentando a exigência de formação superior, a parcela de jornalistas sem formação na categoria foi renovada, mas número considerável de empresas jornalísticas (e não jornalísticas que empregam profissionais da área) continua a priorizar a contratação de diplomados. A despeito das decisões judiciais, nunca foram tão numerosos os diplomados no país, nem tão distribuídos no território nacional. Como tal abundância inédita de graduados afetou a reconfiguração do campo jornalístico na última década? A partir dos dados aqui apresentados, é possível formular questões e hipóteses.

A hipótese que aqui se explora é a de que, como resultado da multiplicação do número de graduados, houve uma intensificação dos enfrentamentos em todo o território brasileiro entre graduados e não graduados. Até a década de 1990, tais confrontos estavam limitados às poucas cidades com ensino superior na área (já que a mobilidade dos egressos tende a ser pequena). Como notou Bourdieu, “o diploma escolar (e a cultura, supostamente garantida por ele) é tacitamente considerado – tanto por seus detentores, quanto pelos outros – como um diploma legítimo para exercer a autoridade” (2007, p. 387). O jornalismo é uma profissão em transformação, e os critérios que definem o que é ou não jornalismo espelham lutas de poder internas ao campo: a própria definição do que é jornalismo varia em função dos capitais mobilizados pelos agentes (Petrarca, 2008, p. 315-316; Barros Filho; Martino, 2003, p. 108). A tensão entre diplomados e não diplomados tende a repercutir, portanto, nas práticas profissionais.

No jornalismo, o saber profissional não tem um cânone. As variadas interpretações sobre o que constitui a identidade dessa profissão se confrontam de maneira desigual no *locus* do trabalho. Nele, se cristaliza uma experiência caracterizada pela repetição, mais que pela reflexão ou pela diferença. “O conjunto de procedimentos que constituem a produção jornalística se converte, para os próprios jornalistas observadores de suas múltiplas ações, numa rotina, com aspectos repetitivos, característicos de uma socialização intensa” (Barros Filho; Martino, 2003, p. 111).

O aumento no número de cursos de graduação, acompanhado de expansão significativa na pós-graduação, tornou mais robusto o subcampo acadêmico – força materializada na criação de instituições como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ).[[20]](#footnote-20) Vinculados ou não a estas organizações, os professores constituíram, em inúmeros cursos de jornalismo criados no período, espaços de reflexão (e, eventualmente, crítica) sobre as práticas profissionais realizadas em suas regiões de atuação. Combinadas, as tensões entre diplomados e não diplomados e as ações do subcampo acadêmico podem ter contribuído para reforçar, em alguns territórios, o polo ideológico do exercício do jornalismo, dotado de maior autonomia em relação ao polo econômico (Bourdieu, 1997).

Num contexto de profundas transformações nos processos de produção do jornalismo, os agentes dotados de formação superior certamente mobilizaram o capital escolar em suas estratégias de inserção no campo profissional. “O diploma representa não apenas uma forma específica de distinção social, separando o universo das profissões dos outros grupos sociais, mas um tipo específico de capital, que permite usos diferenciados e apropriações diversas” (Petrarca, 2007, p. 44). A identificação e a análise desses usos e apropriações, evidentemente, escapam ao alcance deste artigo; é possível, contudo, apontar alguns dos processos relacionados às transformações recentes na profissão, em relação aos quais os diplomados podem ter definido suas estratégias de atuação mobilizando seu capital escolar. Sigo a enumeração de Pereira e Adghirni (2011):

1) convergência da produção em níveis macro (concentração dos conteúdos em algumas empresas) e meso (criação de redações multimídia); 2) competição por novos mercados e mudanças nas condições econômicas da empresa jornalística; 3) embaralhamento das fronteiras entre o jornalismo e outras profissões; 4) enfraquecimento dos sindicatos; 5) redefinição das noções de liberdade de expressão e informação; 6) embaralhamento das fronteiras entre público e privado, entre os meios de massa e os meios de comunicação privados/individuais; 7) direito autoral sob pressão; 8) padrões e normas éticas sob pressão; 9) imposição de novas tecnologias nas redações; 10) emergência de novos estilos e gêneros (Pereira; Adghirni, 2011, p. 44-45).

O elenco de tensões que cercam a atividade, em empresas de mídia e fora delas, indica a complexidade que a atuação profissional na área pode alcançar. É possível, em casos assim, que não diplomados ocupem funções menos estratégicas no processo produtivo, enquanto os diplomados mobilizam os títulos que credenciam tacitamente sua competência para galgar posições mais elevadas na hierarquia profissional. Por fim, em função da escala acelerada do crescimento na oferta de cursos, é possível que as características demográficas dos egressos tenham afetado a morfologia do campo: turmas de egressos majoritariamente jovens e femininas podem ter estendido semelhantes características de idade e sexo ao conjunto da profissão, por exemplo.

**Referências**

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa**: 1970-2000. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves. De românticos a profissionais. **Antropolítica**. Niterói, nº 5, 2º sem. 1998, p. 7-19.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. (3 vol.).

FERNANDEZ, Andrea Ferraz. Tendências Ocupacionais e Profissionais. In: Castro, D.; Melo, J. M. de; Castro, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 3. Brasília: Ipea, 2010, p. 63-172.

FIGARO, R. (coord.) **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp, 2010. (Relatório de pesquisa). Disponível em http://www.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/index.php/ pesquisas/2008-2010/. Acesso em: 01/04/2011.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; KUHN, Wesley. **Jornalista contemporâneo**: apontamentos para discutir a identidade profissional. Intexto. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 57-69, jul-dez 2009.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Edufsc; Insular, Ano V, n. 2, pp. 129-140, jul-dez 2008a.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.

Franciscato, C. E.; Spenthof, E.; Tonus, M.; Gadini, S. L.. A produção do conhecimento no campo do Jornalismo. In: Castro, D.; Melo, J. M. de; Castro, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 2. Brasília: Ipea, 2010, p. 99-116.

Gobbi, Maria Cristina. Panorama da Produção de Conhecimento em Comunicação no Brasil. In: Castro, D.; Melo, J. M. de; Castro, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 3. Brasília: Ipea, 2010, p. 15-62.

MICK, Jacques. **Formação superior e mercado de trabalho: a reconfiguração do campo jornalístico no Brasil nos anos 2000**. Artigo apresentado ao 35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu (MG), 2011.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão**. Recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PETRARCA, Fernanda Rios. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13. Florianópolis: UFSC, out. 2008, p. 311-329.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v. 1, n. 24. Porto Alegre: UFRGS, jan-jun 2011, p. 38-57.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Brasil). Coordenador do projeto de pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”. Email: jacques.mick@ufsc.br. [↑](#footnote-ref-1)
2. A decisão do STF analisou, em última instância, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. A decisão de primeira instância surgiu em janeiro de 2003, na 16ª Vara Cível de São Paulo. O resultado da votação no STF desagradou entidades de defesa dos jornalistas brasileiros e parte da sociedade civil. Atualmente tramitam no Congresso Nacional propostas de emendas constitucionais que restabelecem a exigência de formação superior específica para o exercício do jornalismo. [↑](#footnote-ref-2)
3. Participaram voluntariamente da coleta de parte dos dados os seguintes alunos de graduação em Ciências Sociais da UFSC, aos quais agradeço: Ana Martina Baron, Diego Abend Alano, Franciele Borges, Giovana Cristina Pansera, Jaques Vargas, Kerolin Edinete da Costa, Lígia Faria, Luana do Rocio Taborda, Marilena Soares de Almeida, Pedro Arantes Cecilio, Pedro Correia Guedes e Rafael Vicente. Contribuem com a pesquisa as bolsistas de extensão Treicy Giovanella da Silveira e Talita Machado. O trabalho de campo é supervisionado por um bolsista de Mestrado do PPGSP, Luiz Paulo da Cas Cichoski, e por uma bolsista de iniciação científica do CNPq, Mariana K. Correia. Os professores Alexandre Bergamo Idargo e Samuel Pantoja Lima coordenam a pesquisa junto com o autor. [↑](#footnote-ref-3)
4. A partir das relações nominais de egressos, registrados e sindicalizados obtidas na primeira etapa, assim como das estimativas das dimensões da categoria e de sua distribuição territorial, na segunda etapa da pesquisa pretende-se realizar estudo quantitativo do perfil profissional no país, por amostragem estratificada. [↑](#footnote-ref-4)
5. Oferecida por poucas instituições. [↑](#footnote-ref-5)
6. Os contatos são feitos por conexões telefônicas do tipo Voip, disponíveis para a pesquisa no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Como muitas instituições de ensino se recusam a fornecer informações sobre o número anual de egressos por sexo, tal dado será produzido por inferência, a partir de amostra intencional, colhida em cursos típicos do quadro, estratificados por território e natureza. Raras instituições manifestaram recusa institucional a cooperar com o levantamento; uma delas foi a Universidade Paulista (Unip), que informou por email: “A UNIP tem como regra não responder pesquisas”. Mesmo neste caso, foi possível checar os dados junto às secretarias de cada câmpus – algumas contribuíram com informações imprecisas, mas nenhuma delas se recusou a cooperar. [↑](#footnote-ref-6)
7. Estão em apuração ou tratamento dados referentes ao número de vagas ofertadas por ano em relação à natureza da instituição e ao número anual estimado de egressos por sexo (total e em relação à natureza da instituição). [↑](#footnote-ref-7)
8. Versão anterior desses dados, ligeiramente diferentes porque o trabalho de campo ainda se encontrava em fase de conferência, foi apresentada em Mick (2011). A relação de instituições de ensino que deu base aos dados aqui sistematizados está agora submetida à crítica permanente pelos pares, no sítio do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ): http://www.fnjp.org.br. [↑](#footnote-ref-8)
9. A conclusão refere-se ao número de cursos, não à oferta total de vagas; neste aspecto, provavelmente o Sudeste continua com mais da metade da oferta do país, em função do maior número de instituições de grande porte. [↑](#footnote-ref-9)
10. Entre 2009 e 2010, foram criados cursos de jornalismo em cidades tão pequenas quanto Xaxim (SC), Atibaia (SP), Rio Claro (SP), Betim (MG), Barra do Garças (MT), Seropédica (RJ) e Alto Araguaia (MT). [↑](#footnote-ref-10)
11. Numa universidade privada de Santa Catarina, com dois câmpus, o movimento foi semelhante. Num dos câmpus, em 36 semestres até 2010/1, as turmas excederam o número de vagas ofertadas em dois; foram idênticas à oferta de vagas em 11; em 14 equivaleram a fração entre 50% e 90% das vagas; em seis, de 20% a 50%; e em três não houve formação de turma. No outro, em 22 semestres até 2010/1, as turmas excederam o número de vagas ofertadas em um; foram idênticas à oferta de vagas em sete; em um equivaleram a fração entre 50% e 90% das vagas; em onze, de 20% a 50%; e em dois não houve formação de turma. A ocupação média foi de 70,8% das vagas num dos câmpus e 58,2% no outro. [↑](#footnote-ref-11)
12. Na instituição mencionada na nota anterior, a taxa de egressos em relação à oferta de vagas foi de 33,1% no primeiro câmpus e de 40,8% no segundo. [↑](#footnote-ref-12)
13. Esses dados serão retomados mais adiante, quando das análises de trajetórias dos egressos em relação ao registro profissional. [↑](#footnote-ref-13)
14. A qualidade dos cursos, a propósito, não pode ser aferida pelos dados aqui apresentados – mas é legítimo suspeitar que a redução na taxa de crescimento da oferta de cursos também pode contrabalançar a criação de número elevado de instituições privadas de baixa qualidade no período anterior. [↑](#footnote-ref-14)
15. Esse total, evidentemente, não contempla egressos de cursos superiores de jornalismo que optaram por não efetuar o registro, mas têm atuação profissional, nem trabalhadores sem formação e sem registro, mas com algum espaço de atuação profissional que legitime sua autodenominação como “jornalista”. [↑](#footnote-ref-15)
16. Para a projeção dos registros feitos antes de 2000, decidiu-se levar como base a numeração inicial dos registros por estado, na primeira menção indicada na relação de registrados entre 2000 e 2010 fornecida pelo MTE. Em praticamente todos os estados, os registros são efetuados em ordem numérica. Com isso, estimamos que, desde o início dos registros, até o princípio dos anos 2000, foram registrados 84.469 jornalistas no país. Relativamente a esse período, obteve-se do MTE uma relação com 22.802 nomes; com base nela, analisamos a distribuição percentual dos registros por década, a partir de 1930, e traçamos uma linha de corte em 1980, entendendo que seriam exceções os casos de profissionais com mais de 30 anos de exercício (de 1980 a 2010). Constatou-se que, nessa relação, 32,23% tinham se registrado nos anos 1980 e 30,40%, nos anos 1990. Aplicados os índices à estimativa de total de registros, chegou-se ao número de 52.903 registros efetuados entre 1980 e o início dos anos 2000. [↑](#footnote-ref-16)
17. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, de Joinville (Santa Catarina); Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, de Rio do Sul (Santa Catarina), Universidade Estadual de Londrina (Paraná) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (Paraná). [↑](#footnote-ref-17)
18. No jornalismo, a informatização das redações entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 foi o marco dessa transição, típica da etapa contemporânea do capitalismo. [↑](#footnote-ref-18)
19. “As variadas formas e relações de trabalho em IES de diferentes regiões e estados do Brasil dificultam inclusive o mapeamento das condições de ensino e trabalho, por parte dos professores. Tais variações vão desde a condição de professor horista (que tem contrato de remuneração apenas pela hora do tempo físico, direta, em que ministra aula) à de docentes que se dedicam, em tempo integral, às referidas IES, atuando em variadas ações que envolvem o ensino superior (da graduação à pós-graduação). No intervalo entre as duas condições, há professores em tempo parcial apenas para aula, em tempo parcial com dedicação para aula e atividades de pesquisa ou extensão. Além daqueles com tempo de 30 ou 40 horas, dividido entre atividades de ensino, pesquisa ou extensão”. (Franciscato et al., 2010, p. 106). [↑](#footnote-ref-19)
20. Para a história da constituição dessas instituições, ver: Castro; Melo; Castro, 2010, vol. 2. [↑](#footnote-ref-20)